

ANC p. 2
-1 JAN 1988

FOLHA DE SÃO PAULO O ano inútil — 2

São Paulo

Se, na economia, o ano foi de estagnação, na política ocorreu mais ou menos a mesma coisa. 1987 começou politicamente em fevereiro, com a instalação do Congresso constituinte, que consumiu os seus dias iniciais na discussão do regimento interno.

Pois bem, qual é a discussão que vai ocupar a Constituinte neste início de 88? De novo, a discussão do regimento. Seria exagero dizer que todo o trabalho dos constituintes em 87 foi perdido. É sabido que, na prática, boa parte dele acabará aproveitado no texto final da Constituição, mas, em tese, pode-se afirmar que tudo o que se discutiu no ano passado é passível de alteração, em função das novas regras do jogo, impostas pelo Centrão.

Ou seja, o plenário do Congresso constituinte, que hibernou durante boa parte do segundo semestre de 87, volta a ter a palavra decisiva, como mandam as regras democráticas, o que pode resultar no arquivamento puro e simples dos textos discutidos e aprovados nas fases anteriores.

Da mesma forma, a discussão em torno da duração do mandato do presidente José Sarney está hoje no mesmo ponto morto em que se encontrava ao inaugurar-se 87. Desde as eleições de novembro de 86, aliás, o

presidente vinha pedindo às lideranças do PMDB e do PFL que definissem a duração de seu mandato. Não obteve essa definição ao longo de 87, o que joga a discussão para o recém-iniciado 88.

Não se modificou sequer a maciça preferência por eleições presidenciais em 88, mostrada pela população em seu conjunto, conforme todas as pesquisas de opinião pública, ou por segmentos específicos, como o empresariado, cujo estado de espírito foi captado pela Pesquisa Folha publicada no domingo passado.

O resultado dessas pesquisas evidencia que o governo nada fez de bom, na opinião dos pesquisados, pois não se alterou o desejo de mudar o presidente já em março de 89, com a realização de eleições em novembro.

A única coisa que se conseguiu fazer, politicamente, foi complicar o cenário, pela demora na promulgação da nova Constituição, o que ameaça não só a eleição presidencial mas até a municipal, a única que se tinha como assegurada para este ano.

Clóvis Rossi